

EDITAL 08/2024 – PROCESSO 08/2024

PREGÃO Nº 08/2024

O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE BEBEDOURO – SAAEB AMBIENTAL, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE **PREGÃO**, NA FORMA **ELETRÔNICA**, NOS TERMOS DO DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019, DO DECRETOS MUNICIPAIS Nº 14.150/20 E 16.570/24, DO DECRETO Nº 8.538, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015, PELA RESOLUÇÃO Nº 05/93, COM A REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 03/08 (DOE DE 04/09/08), APLICANDO-SE, SUBSIDIARIAMENTE, NO QUE COUBEREM, AS DISPOSIÇÕES DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, E ALTERAÇÕES, E DAS DEMAIS NORMAS REGULAMENTARES APLICÁVEIS À ESPÉCIE, SOB AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE ATO CONVOCATÓRIO E SEUS ANEXOS.

Data da sessão: 06/05/2024

Horário: 09:31

Local: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br

Critério de Julgamento: menor preço por lote.

Modo de disputa: aberto.

Impugnações e Esclarecimentos até às 09:30 horas do dia 30/04/2024.

1. DO OBJETO.

1.1. Aquisição de materiais e equipamentos para Estação de Tratamento de Esgoto do córrego Bebedouro pelo Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Bebedouro (SAAEB Ambiental), em consonância com a planilha de preços onde resta listada a relação dos itens com suas especificações.

1.1.1. O critério de julgamento adotado será o **menor preço** por **LOTE**, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. A despesa para atender a esta licitação, informada a seguir, e por conta da dotação orçamentária específica a ser consignada no orçamento seguinte, suplementada se necessário for: **00176 4 4 90 30 00 17 512 2181 – Material de Consumo e 00179 4 4 90 51 00 17 512 2181 Obras e Instalações.**

LOTES	TOTAL/ESTIMADO
Lote 01: Gradeamento de canal mecanizado (participação de todas as empresas)	R\$ 487.834,84
Lote 02: Boia de nível (participação exclusiva ME/EPP)	R\$ 2.430,22
Lote 03: Medidor ultrassônico de vazão (participação exclusiva ME/EPP)	R\$ 19.074,67
Lote 04: Termômetro bimetálico (participação exclusiva ME/EPP)	R\$ 2.106,68
Lote 05: Manômetro (participação exclusiva ME/EPP)	R\$ 7.920,33
Lote 06: Medidor de oxigênio (participação de todas as empresas)	R\$ 98.181,00
Lote 07: Talha com Trolley elétrico (participação exclusiva ME/EPP)	R\$ 32.551,51
VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 650.099,24

3. DO CREDENCIAMENTO.

- 3.1. O Pregão é o nível básico do registro cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.
- 3.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br;
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.
- 3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
 - 3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

- 4.1.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.
- 4.2.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.
- 4.2.1.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às licitantes MPE'S que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, a saber R\$ 4.800.000,00, ainda que o desenquadramento ocorra no ano-calendário seguinte. [DESENQUADRAMENTO FICTO];
- 4.2.2.** A licitante MPE deverá declarar (**VIDE ANEXO X**), formalmente, a observância do limite de R\$ 4.800.000,00 em contratos realizados com a Administração Pública (em geral) no ano calendário de realização da licitação.
- 4.2.3.** Caso haja dúvida fundada, o Pregoeiro poderá solicitar comprovação da observância do limite, referido no item anterior, em sede de diligência, a qual deverá ser atendida prontamente pelo licitante.
- 4.2.4.** A licitante MPE que declarar a observância do limite, caso seja comprovado posteriormente a não observância, será responsabilizada pela apresentação de declaração falsa em processo licitatório.
- 4.2.5.** No caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, cuja estimativa total, do item ou de lote, seja superior a R\$ 4.800.000,00, as MPE's não terão direito a qualquer tratamento diferenciado.
- 4.2.6.** No caso de licitação para contratação de obras e serviços de engenharia, cuja estimativa total, do item ou de lote, seja superior a R\$ 4.800.000,00, as MPE's não terão direito a qualquer tratamento diferenciado.
- 4.3.** Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 4.3.1.** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.3.2.** Que não atendam às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);
- 4.3.3.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

- 4.3.4.** Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14º da Lei nº 14.133/2021;
- 4.3.5.** Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.3.6.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 4.3.7.** Reunidas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição.
- 4.4.** Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.4.1.** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;
- 4.4.1.1.** Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 4.4.1.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 4.4.2.** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.4.3.** Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.4.4.** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.4.5.** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;
- 4.4.6.** Que a proposta foi elaborada de forma independente;
- 4.4.7.** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.8. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, **concomitantemente** com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregão e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

6.1.2. Marca de cada item ofertado;

- 6.1.3.** Fabricante de cada item ofertado;
- 6.1.4.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 6.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.
- 6.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 DIAS**, a contar da data de sua apresentação.
- 6.6.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

- 7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.2.1.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 7.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 50,00 (cinquenta reais) / LOTE**.
- 7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 7.10. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.
- 7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

- 7.17.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.18.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.19.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes do certame, publicada no <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.20.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.21.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.
- 7.22.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.23.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.24.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.25.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.26.** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

- 7.27.** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.28.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
- 7.28.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 7.28.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;
- 7.28.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 7.28.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- 7.29.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.29.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 7.29.2.** empresas brasileiras;
- 7.29.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.29.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.
- 7.30.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.30.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.30.2.** O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.31.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 8.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 8.2.** Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.
- 8.3.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.3.1.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.4.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 8.5.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.6.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;
- 8.7.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) **horas**, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.7.1.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 8.7.2.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

- 8.8.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.9.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.10.** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 8.10.1.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 8.10.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.11.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte (quando for o caso), sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.12.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO.

9.1. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O PREGOEIRO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, E AINDA NOS SEGUINTE CADASTROS:

- 9.1.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);
- 9.1.2.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- 9.1.3.** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>
- 9.1.4.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao

responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.4.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.5.1. Essa decisão será tomada, considerando a abrangência e a extensão das sanções administrativas identificadas, em conformidade com os §§ 4º e 5º do artigo 156 da Lei 14.133/2021 e com a Súmula 51 do TCE/SP¹.

9.1.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.

9.2.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a (s) certidão (es) válida (s).

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas sob pena de inabilitação.

¹ **SÚMULA Nº 51** - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (Art. 87, IV da Lei Federal nº 8.666/1993) tem seus efeitos jurídicos estendidos a todos os órgãos da Administração Pública, ao passo que, nos casos de impedimento e suspensão de licitar e contratar (Art., 87, III da Lei Federal nº 8.666/1993 e Art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002), a medida repressiva se restringe à esfera de governo do órgão sancionador.

- 9.4.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.5.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.6.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.6.1.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.7.** Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:
- 9.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**
- 9.8.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.8.2.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/>;
- 9.8.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8.4.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
- 9.8.5.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.8.6.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 9.8.7.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

9.9.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

9.9.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

9.9.7. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

9.9.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

9.10.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

9.10.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.10.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, que comprovem a boa situação financeira da empresa, conforme os índices descritos no item 9.10.4;

9.10.3.1 O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) deverão corresponder à cópia legível e autenticada das páginas do Livro Diário Geral, onde foram transcritos o Balanço Patrimonial e DRE do último exercício, já exigíveis, com as assinaturas do representante da empresa e do profissional habilitado da área contábil (art. 69, inc. I, § 1º da Lei 14.133/21) e cópia legível e autenticada dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Geral (devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório de Registro ou pelo SPED Contábil)

9.10.3.2 No caso de pessoas jurídicas enquadradas no SPED Contábil (Sistema Público de Escrituração Digital Contábil), estas poderão apresentar como alternativa, as demonstrações digitais e a comprovação da entrega dos arquivos digitais perante a Receita Federal, sendo que os documentos impressos devem ser extraídos do livro digital e conter o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, os Termos de Abertura e Encerramento do Livro Digital, o Termo de Autenticação na Junta Comercial, todos emitidos pelo Programa Validador e Autenticador (PVA);

9.10.3.3 Em se tratando de sociedade por ações ("SA"), deverão ser apresentadas as publicações em órgão de imprensa oficial, na forma da legislação vigente.

9.10.3.4 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.3.5 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.10.4 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (hum) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.11 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

9.11.1. Atestado (s) de Capacidade Técnica, em nome da Licitante, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove (m) o fornecimento pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, em quantidade de no mínimo 50% do pretendido neste edital, conforme Súmula nº 24 do TCESP². O (s) atestado (s) deverá (ão) ser apresentado (s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinado (s) por autoridade ou representante de quem o (s) expediu, com a devida identificação, descrição do produto e as áreas em que foi utilizado.

9.11.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.11.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.11.4. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.11.5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.11.6. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.11.7. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.11.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

² SÚMULA Nº 24 Em procedimento licitatório, é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos do inciso II, do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro percentual que venha devida e tecnicamente justificado.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) HORAS** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS.

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

11.2. O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para,

querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

13.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudica e homologa a licitação.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL.

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 15.1.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 15.2.** O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias **úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 15.2.1.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 15.2.2.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração
- 15.3.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 15.3.1.** Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;
- 15.3.2.** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- 15.3.3.** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 15.4.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 15.5.** Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.
- 15.6.** Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 15.6.1.** Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.8. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

16.1. Os preços são fixos e sem reajustes durante a vigência do contrato. Havendo prorrogação na vigência contratual o Valor mensal contratado poderá ser reajustado pela variação do índice do IPCA (IBGE) tomando-se por base o mês da apresentação das propostas. Durante a vigência do contrato (12 meses) os valores contratados poderão ser alterados, objetivando a manutenção do equilíbrio-econômico financeiro inicial do contrato, em conformidade com o Art. 25 § 7º da Lei federal 14.133/21.

16.2. Em caso de pedido de manutenção do equilíbrio-econômico financeiro, deverá ser comprovado o desequilíbrio do contrato por parte da contratada por fato superveniente e imprevisível, não podendo a contratada paralisar a prestação dos serviços aguardando análise da solicitação por parte da equipe técnica e jurídica da contratante.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

17.1. O acompanhamento e a fiscalização do Contrato, assim como o recebimento, conferência e vistoria das entregas dos produtos serão realizados pelo SETOR DE ENGENHARIA da contratante observando se o mesmo está atendendo os padrões exigidos no edital.

17.2. Os servidores e setor de engenharia do SAAEB atuarão como gestores e fiscalizadores da execução do objeto contratual.

17.3. O objeto da licitação será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

17.4. O objeto da licitação será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, em prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento provisório, se outro não tiver sido o prazo estipulado no referido ajuste, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

18.1. Além das obrigações estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital, a CONTRATANTE obriga-se a:

- 18.2.** Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.
- 18.3.** Acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato através do Setor de Engenharia desta Autarquia.
- 18.4.** Notificar, por escrito, as imperfeições, falhas e/ou qualquer irregularidades constatadas, fixando prazo para a sua correção.
- 18.5.** Além das obrigações estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital, a CONTRATADA obriga-se a:
- 18.6.** Zelar pelo perfeito cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Termo de Referência - Anexo I do Edital.
- 18.7.** Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal.
- 18.8.** Responsabilizarem-se integralmente pelo produto contratado, em conformidade com as disposições do Termo de Referência - Anexo I do Edital, nos termos da legislação vigente, ou quaisquer outras que vierem a substituí-la, alterá-la ou complementá-la.
- 18.9.** Fornecer as notas fiscais/faturas, nos termos da lei.
- 18.10.** Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso deste contrato, algum documento perder a validade.
- 18.11.** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, de transportes e taxas de administração, bem como despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza, despesas operacionais com frete, carga e descarga, resultantes da execução deste Contrato, sendo que sua inadimplência, com relação a tais encargos, não transfere ao CONTRATANTE o ônus pelo seu pagamento, não podendo onerar o presente contrato.
- 18.12.** Responsabilizarem-se por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, correndo às suas expensas os ressarcimentos e indenizações devidos.
- 18.13.** A CONTRATADA em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitada pela CONTRATANTE e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicar imediatamente, por escrito, à CONTRATANTE.
- 18.14.** As obrigações da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO.

19.1. O pagamento será realizado mediante sua respectiva nota fiscal, na conta bancária indicada pela contratada conforme cronograma abaixo:

CRONOGRAMA DE PAGAMENTO	
LOTE	FORMA DE PAGAMENTO
Lote 01: Gradeamento de canal mecanizado	2x (30 e 60 dias) após a entrega
Lote 02: Boia de nível	1x (30 dias) após a entrega
Lote 03: Medidor ultrassônico de vazão	1x (30 dias) após a entrega
Lote 04: Termômetro bimetálico	1x (30 dias) após a entrega
Lote 05: Manômetro	1x (30 dias) após a entrega
Lote 06: Medidor de oxigênio	1x (30 dias) após a entrega
Lote 07: Talha com Trolley elétrico	1x (30 dias) após a entrega

19.2. Quando da emissão da nota fiscal eletrônica de prestação de serviços, a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção com o título de “IMPOSTO DE RENDA” no corpo do documento fiscal ou equivalente observando os percentuais estabelecidos no ANEXO I da IN RFB Nº 1.234, de 2012 de acordo com o artigo 4º do Decreto Municipal nº 16.462 de 27 de novembro de 2023 e artigo 2º da IN RFB Nº 1.234, de 2012;

19.3. Os serviços e produtos elencados no Art.4º da IN RFB 1.234, de 2012, não estão sujeitos à retenção, devendo ser informado a condição e o embasamento legal que sujeitou a não retenção, sob pena de retenção na forma do §4º do Art. 1º, conforme Decreto Municipal nº 16.462 de 27 de novembro de 2023.

19.4. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19.5. Os fornecedores que obtiverem isenções/imunidade, enviar declaração devidamente assinada dos anexos II ao IV da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, indicando a fundamentação legal (disposição legal) que embasa a sua isenção.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

20.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

- 20.1.3.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 20.1.4.** Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 20.1.5.** Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 20.1.6.** Apresentar declaração ou documentação falsa;
- 20.1.7.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 20.1.8.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 20.1.9.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 20.1.10.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 20.2.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência por escrito;
 - b) Multa;
 - c) Impedimento de licitar e contratar;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 20.3.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 20.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.
- 20.5.** Serão publicadas na Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e do Município de Bebedouro/SP, as sanções administrativas previstas no ITEM 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.
- 20.6. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

20.6.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

- a) **PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) **PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **PRÁTICA CONCERTADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

- 21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.
- 21.2. A **IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.**
- 21.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 21.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55, parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.
- 21.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 21.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

- 21.7.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.
- 21.8.** A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

- 22.1.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 22.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 22.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 22.4.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 22.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 22.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 22.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 22.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.12. O Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Bebedouro, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

22.12.1. A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

24.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

22.13. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

22.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, www.saaebambiental.com.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Cel. Joaquim José de Lima, 1016, Centro, Bebedouro/SP, nos dias úteis, no horário das 09 às 15 horas, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.

22.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;



- ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;**
- ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA;**
- ANEXO X – DECLARAÇÃO DE DESENQUADRAMENTO FICTO;**
- ANEXO XI – MINUTA DO CONTRATO;**
- ANEXO XII – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO.**

Bebedouro, 10 de abril de 2024

Gilmar Aparecido Feltrim
Presidente



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Termos gerais:

Este TERMO DE REFERÊNCIA reúne as especificações técnicas dos equipamentos a serem fornecidos para esta autarquia. Para qualquer item, quando houver material indicado para determinado componente, deve ser entendido como preferencial e de padrão mínimo de qualidade aceitável pelo edital. É obrigatório ao fabricante, indicar materiais equivalentes ou superiores aos aqui listados.

OBJETO

Aquisição de materiais e equipamentos para Estação de Tratamento de Esgoto do córrego Bebedouro pelo Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Bebedouro (SAAEB Ambiental), em consonância com a planilha de preços onde resta listada a relação dos itens com suas especificações.

MOTIVAÇÃO E JUSTIFICATIVA

A justificativa da referida compra se dá em função do efetivo alcance dos princípios constitucionais da economicidade e eficiência, pois mostra ser um modo inteligente de aquisição de bens com intuito final de suprir as necessidades do SAAEB Ambiental.

ESTRUTURAÇÃO

O objeto foi dividido em 07 lotes, conforme especificado a seguir:

Lote 01: Gradeamento de canal mecanizado;

Lote 02: Boia de nível;

Lote 03: Medidor ultrassônico de vazão;

Lote 04: Termômetro bimetálico;

Lote 05: Manômetro;

Lote 06: Medidor de oxigênio;

Lote 07: Talha com Trolley elétrico.

REFERÊNCIAS

O presente termo é fundamentado segundo a legislação vigente, lei 14.133/2021, que versa sobre licitações e contratos públicos nas esferas federal, estadual e municipal.

LOTES, ESPECIFICAÇÕES E REGULAMENTOS TÉCNICOS

LOTE 01 - GRADEAMENTO DE CANAL MECANIZADO		
Item	Descrição	Quantidade
1	Gradeamento de canal mecanizado	1,00

LOTE 02 - BOIA DE NIVEL		
Item	Descrição	Quantidade
1	Chave de nível tipo boia para controle de nível em poço de sucção de estação elevatória de esgoto.	3,00

LOTE 03 - MEDIDOR ULTRASSONICO DE VAZÃO		
Item	Descrição	Quantidade
1	Medidor ultrassônico de vazão para calha parshall, indicador de vazão instantânea com totalizador com suporte.	2,00

LOTE 04 - TERMÔMETRO BIMETÁLICO		
Item	Descrição	Quantidade
1	Termômetro bimetalico, indicador local de pressão de recalque de conjuntos motor bomba.	2,00

LOTE 05 - MANÔMETRO		
Item	Descrição	Quantidade
1	Manômetro, indicador local de pressão de recalque de conjuntos motor bomba.	10,00

LOTE 06 - MEDIDOR DE OXIGÊNIO		
Item	Descrição	Quantidade
1	Medidor oxigênio dissolvido, indicador local de oxigênio do tanque de aeração.	2,00

LOTE 07 - TALHA COM TROLLEY ELETRICO		
Item	Descrição	Quantidade
1	CONJ TALHA + TROLLEY ELETRICO E CORRENTES – 380V TRIFASICO	2,00

LOTE 01 – GRADEAMENTO DE CALHA MECANIZADO

O escopo do serviço consiste no fornecimento, projeto, instalação – com todos acessórios e instrumentos e operação assistida para perfeito funcionamento dos equipamentos. Ademais, deverão ser previstos: treinamento para dois servidores do SAAEB e inspeção em fábrica com teste de performance em vazio para 02 técnicos.

A grade será mecanizada com mecanismo de limpeza acionado por correntes, com engrenagens na parte superior tensionada por um mancal esticador e barra tensionadora em aço inoxidável AISI 304. Na parte inferior a engrenagem deve ser guiada, através de um mancal com bucha de bronze com vida útil mínima para 2 anos de trabalho. O mancal deverá ser dimensionado para suportar uma carga equivalente a carga de ruptura da corrente.

A grade deverá ser reta, sendo instalada com uma inclinação de 75º com a horizontal. O equipamento consistirá de grade de barras em AISI 304, equipada com dispositivos de limpeza contínua movimentados por correntes e montada em estrutura autoportante. Os sólidos são retidos a montante nas barras de onde são raspados e retirados por meio dos rastelos operados mecanicamente.

Compõem o escopo de fornecimento os seguintes principais itens (não se limitando aos mesmos):

- Projeto de detalhamento executivo de instalação dos equipamentos indicando os ajustes e detalhes de instalação dos equipamentos nas estruturas existentes;
- Raspadores do material gradeado;
- Mecanismos de acionamento e limpadores dos raspadores;
- Estruturas laterais;
- Grade de barras;
- Placas mortas;
- Calha de descarga;
- Parafusos, porcas, arruelas e chumbadores, etc.
- Todos os óleos e graxas necessários da primeira lubrificação e 1ª troca;

- Estrutura fixa apoiada sobre laje de concreto;
- Plaqueta em aço inoxidável com as principais informações e características técnicas;
- Ferramentas Especiais necessárias para instalação e manutenção do sistema;
- Todos os eletrodos, parafusos, porcas, arruelas e chumbadores para montagem;
- Caixa de terminais do motor, com terminal para aterramento e conectores;
- Transporte (incluindo frete e seguro) para entrega no local da obra;
- Comissionamento;
- Garantias de equipamento.

Observação: Os serviços de instalação elétrica e automação NÃO farão parte do escopo.

NORMAS

As grades mecanizadas deverão ser fabricadas, e instaladas conforme especificação e de acordo com as últimas revisões e padrões das normas: ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas, e demais apresentadas na tabela abaixo.

NORMAS E ORGANIZAÇÕES	DESCRIÇÃO
NR-12	Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho - Máquinas e Equipamentos
NBR 14922	Semiacabados de UHMW - Requisitos e Métodos de Ensaio
ABNT 15623-1	Máquina elétrica girante - Dimensões e séries de potências para máquinas elétricas girantes
ABNT NBR IEC 60529	Graus de proteção providos por invólucros (Códigos IP)
ASTM	American Society for Testing and Materials
AISI	American Iron and Steel Institute
ISO 12944	Paints and varnishes - Corrosion protection of steel structures by protective paint systems
ABNT NBR 5410	Instalações elétricas de baixa tensão
ABNT NBR 13059	Grade fixa de barras retas com limpeza mecanizada - Especificação
MPOIM/SANEPAR	Manual de Projetos, Obras e Instalações Mecânicas

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

A grade mecanizada será para o canal de gradeamento grosseiro da estação elevatória de esgoto (EEE) da ETE BEBEDOURO, tendo como referência os desenhos do projeto³ hidráulico/civil. Para a montagem de seu equipamento nas instalações existentes o fabricante deverá apresentar os desenhos de detalhamento executivo indicando as características de montagem, fixação, apoio e demais características para seu perfeito funcionamento. O fabricante será responsável por eventuais ajustes que permitam a perfeita instalação e operação de seu equipamento. O FORNECEDOR deverá examinar os desenhos e instalações existentes e declarar o conhecimento das características dos mesmos e que a grade proposta é adequada ao canal existente. Em hipótese alguma, após a instalação, o FORNECEDOR poderá alegar desconhecimento das condições de instalação, para justificar eventuais problemas operacionais.

REQUISITOS DE PROJETO E FABRICAÇÃO

Principais características técnicas

Grade

TIPO	FIXA DE BARRAS COM LIMPEZA MECANIZADA
Sistema de translação	Corrente de rolos
Perfil tipo	Retangular
Dimensão do perfil (barras)	3/8" x 2 (espessura x largura)
Material das barras e quadro	Fabricado em aço inox
Placa morta (sem solda)	Fabricado em aço inox
Espessura mínima da placa morta	4,0 mm
Estrutura lateral (sem solda)	Fabricado em aço inox
Calha de descarga (sem solda)	Fabricado em aço inox
Placas de fechamento superior (sem solda)	Fabricado em aço inox

³ PROJETO: https://drive.google.com/file/d/1CK5vU56UmckVmqSWIn_miQPJo4IXA-q2/view?usp=sharing
Página 32 de 73

Norma aplicável em todas peças inox	ISO 1.4301 (AISI 304)
Conjunto rastelo móvel	Fabricado em aço inox, espessura mínima 15 mm
Conjunto esticador de correntes	Diâmetro mínimo de 27 mm , fabricado em aço inoxidável
Vedação lateral do canal	Tiras de EPDM, espessura mínima de 5 mm suportadas em chapas de aço inox espessura mínima de 1,5 mm
Regime de operação	24 h/dia
Fluído	Esgoto bruto
Montagem	Auto suportado sem existência de elementos de fixação ao concreto com elementos laterais ou ao fundo do canal, remoção por olhai ou na própria estrutura, toda estrutura deverá ser removida integralmente do canal para manutenções, suporte superior espessura mínima de 8,0 mm
Acionamento	Motoredutor de eixos paralelos, helicoidal, sem fim ou engrenagens cônicas (eixo oco)
Eixo de acionamento	Fabricado em aço inox chavetado
Rastelo móvel	Fabricado em aço inox
Quantidade mínima de rastelos	4
Corrente de translação	Fabricado em aço inox
Buchas da corrente	UHMW
Tipo	Rolos, CONFORME Norma SMS 2082 (DIN 8167 / ISO / R 1977 Tipo C
Engrenagens de arraste da corrente	Fabricado em aço inox com espessura mínima de 20 mm
Limpador do rastelo	Poliamida ou polipropileno (substituível) Não PP branco, resistente a UV
Suportação do limpador de rastelo	Braço pivotado auto suportante
Altura da grade fixa	2100 mm
Altura total de descarga	1000 mm
Largura total do canal de gradeamento	900 mm
Profundidade do canal	5090 mm

Vazão média	163 L/s
Vazão máxima	276 L/s
Perda de carga máxima	0,15 m.c.a
Espaçamento entre as barras	25 mm
Velocidade mínima através da grade	0,8 m/s
Velocidade máxima através da grade	1,2 m/s
Ângulo de inclinação (instalada)	75°
Elementos de fixação	Fabricado em aço inox
Porcas de fixação	Fabricado em aço inox com anel de retenção (Parlock)
Sistema de lavagem ou limpeza do rastelo	Fabricado em aço inox
Reversão de rastelos	Sim, para operação em sobrecarga
Mancais inferiores	Fabricado em aço inox
Mancais superiores	Rolamentos tipo auto compensadores de esferas
Bucha mancal inferior	Bronze SAE 68B auto lubrificante devidamente selada
Sistema de lavagem com água potável	Não permitido

Chapas da grade:

Material	Fabricado em aço inox
Elementos de fixação	DIN EN1.4301
Processos de corte de chapas	Corte a laser (não serão aceitos outros processos de corte)

COMPONENTES MECÂNICOS

Grades

As barras deverão ser contínuas, onde deverão ser fixadas à placa morta que se estende até o nível de descarga.

O conjunto estrutural das grades de barras deverão ser fabricados no mesmo material (aço inoxidável AISI 304), e deverão ser projetados de tal forma a suportar uma pressão diferencial mínima de 2,0 metros de coluna de água através de uma grade entupida.

As grades deverão ser construídas com precisão a fim de que a distância livre entre as barras seja de acordo ao espaçamento especificado. Não deverá existir espaçamento irregular entre as barras, o que permitiria a passagem de sólidos de maiores dimensões.

A placa morta deverá ser de aço inoxidável com espessura não inferior a 4 mm e manter uma superfície perfeitamente plana.

O equipamento deve ser fixado somente no piso superior (nível de operação). Não poderá ser fixado, ancorado ou chumbado dentro da estrutura civil do canal. Sua estrutura deve ser calculada e projetada a fim de proporcionar uma remoção da máquina completa, soltando somente os chumbadores que estão fixos ao piso operacional.

Só serão aceitos materiais com Certificado Físico / Químico na fabricação deste equipamento.

O sistema de vedação no canal deverá ser atestado pelo fabricante adequado a ambiente submerso em esgoto bruto, caso seja diferente do EPDM.

Mecanismo de limpeza

Os rastelos de limpeza serão movimentados por um sistema de correntes, tensionadas por mancais. Os elos deverão ser fabricados em AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 para prevenir problemas de corrosão. Cada roda dentada das correntes não poderá ser soldada no eixo.

Os rastelos de limpeza serão responsáveis por tirar os resíduos filtrados e leva-los até a calha de descarga. Os rastelos serão dispostos de forma que o final do dente do rastelo não fique a menos de 650 mm da face influente da grade de barras quando no movimento descendente. A posição relativa dos rastelos e das barras da grelha deve ser ajustável para otimizar o grau de penetração do dente entre as barras. O rastelo deve ter uma largura mínima de 150 mm a fim de possibilitar que sólidos maiores se acomodem no rastelo e sejam limpos pelos braço de limpeza.

Os dentes deverão ser cortados de forma a se encaixarem nas grades e a limpar efetivamente a frente e os lados das barras, sem engripamento.

No ponto de descarga deverá ser fornecido mecanismo de limpeza dos rastelos para remoção de materiais nele acumulados. O limpador deverá operar suavemente, sem impactos, para limpar toda a superfície do rastelo quando este passar no ponto de descarga.

O retorno do braço de limpeza após a passagem dos rastelos não poderá de forma alguma emitir impacto ou barulho excessivos na máquina, não poderá ser instalado dispositivos como amortecedores de impacto ou contrapesos para evitar manutenções.

O eixo de transmissão das rodas dentadas deverá ser tubular, acabados e com dimensões suficientes para transmitir os esforços requeridos, os eixos devem ser dimensionados contra fadiga. A posição vertical do eixo motor deverá ser ajustável para regular a tensão das duas correntes laterais.

Mecanismo de Acionamento

O eixo será acionado por motor independente cujo funcionamento será intermitente e controlado de acordo com a demanda por limpeza.

O motor elétrico será de indução, trifásico, de tipo fechado, projetado para serviços contínuo e partidas consecutivas operacionais e montagem ao tempo. Deverá ser amplamente dimensionado, horizontal, do tipo de indução com rotor em curto-circuito tipo gaiola de esquilo.

Em operação normal o sistema de limpeza deve permanecer estático e operar por meio de temporizador que poderá ser ajustado para ciclos de 0 a 150 minutos; caso o diferencial de nível atinja 100 mm o sistema de limpeza será acionado independente do tempo ajustado no “timer”. Motores

- Tipo: Indução, rotor de gaiola;
- Fases: 3;
- Partida: A plena tensão;
- Potência mínima: dimensionada para o perfeito funcionamento do equipamento, considerando-se um fator de segurança;
- Tensão: 220/380 V;
- Frequência: 60 Hz;
- Proteção: IPW-55 – NBR 6146

- O motor elétrico deve atender aos requisitos da NBR 7094;
- Deve ser totalmente fechado, com ventilação externa, para funcionamento do tempo;
- A potência absorvida não deve ultrapassar 80% de sua potência nominal.

Redutor

- As engrenagens helicoidais, paralelas, sem fim e cônicas devem ser fresadas, retificadas e, se necessário, tratadas termicamente e dimensionadas para uma vida útil L10 de 100000h;
- As engrenagens devem trabalhar em banho de óleo e alojadas em carcaça de aço ou ferro fundido, livre de porosidades aparentes, com rigidez e área de resfriamento compatíveis;
- Deve ser provido de dispositivo de verificação de nível de óleo e bujões para enchimento e drenagem, em locais de fácil acesso;
- Os eixos das engrenagens devem ser apoiados em mancais de rolamentos, adequados à sua posição de transmissão (horizontal ou vertical), para uma vida útil mínima L10 de 50000h;
- Os eixos das engrenagens devem ser retificados nos locais de montagem dos rolamentos e do sistema de vedação;
- O redutor deve ser dimensionado adotando-se o fator de serviço superior ou igual a 1,25, para transmitir a potência nominal do motor.
- Rotação de saída: entre 4 e 6 rpm;

Acoplamento

O acoplamento entre o eixo do motor e redutor deve ser do tipo eixo oco no padrão do fabricante.

Revestimento de motores, redutores, e acessórios:

Atendendo padrão do fabricante para ambiente sujeito a umidade constante e partes emersas sem contato direto com esgoto, trabalhando exposto ao tempo sob ação de raios UV.

Ciclo de Operação

Os diversos rastelos equidistantes espaçados saem da posição de repouso, de acordo com a parametrização do sistema (diferença de nível entre jusante e montante, ou temporizador). Os rastelos fixados nas correntes, mais afastados da superfície da placa morta e barra de grades, descem sem tocar nas mesmas, até atingir o fundo do canal (ponto mínimo dos trajetos das correntes), quando iniciam a ascensão seguindo o caminho das correntes no ponto inferior máximo.

Os rastelos sobem limpando a grade (por sinal da operação automática ou manual), já que nesta fase estão próximos das superfícies da barra de grades e placa morta, seguindo o trajeto das correntes, até

atingir o ponto máximo superior e o sistema da lâmina raspadora e destacadora de limpezas dos mesmos. A lâmina raspadora destacadora remove e descarta os detritos trazidos pelos rastelos e joga na calha de coleta posteriormente lançando na caçamba de coleta. Esta posição superior máxima também é definida pelo trajeto das correntes de sustentação e movimentação dos rastelos.

O sinal eletrônico devidamente programado na parametrização do sistema iniciará, ou interromperá a movimentação dos rastelos para um novo ciclo diferencial de nível, ou temporizador, manual, ou automático). O tempo de duração e comprimento do ciclo de operação da grade mecanizada é ajustável.

Rolos de correntes

Tracionadas por um par de rodas dentadas, os rolos das correntes (de UHMW) deverão ser resistentes ao desgaste e conduzir com precisão as correntes dentro da estrutura, evitando o desgaste entre as correntes e as rodas dentadas. Deverão ter proteção de torque e com mecanismo de reversão de forma a desobstruir e liberar sua operação, e em caso de persistência após as reversões, deverá travar e acionar um alarme, impedindo a autodestruição.

Estrutura ou Chassis

Deverá ser projetado e construído adequadamente, de forma que se apresente robusto e resistente, que permita e seja apropriado (com olhais) para ser içado por guindaste, ou caminhão munk, e que resista essa operação sem o comprometimento da estrutura ou funcionalidade. Que contenha sistemas de proteção e segurança, e atenda os padrões especificados pela NR12. Limpeza ou Raspagem do Elemento Removedor.

Deverá existir um sistema de limpeza do tipo raspagem através de um dispositivo projetado pelo fornecedor, tal que o mesmo impeça que o elemento removedor retorne a sua posição inicial carregando sólidos já coletados no ciclo anterior, limpando completamente os rastelos quando estes atingem a posição mais elevada da grade, descartando os materiais recolhidos, e voltando a posição original após a passagem da lâmina raspadora.

PLACA DE IDENTIFICAÇÃO

A grade deverá possuir uma placa de identificação confeccionada em aço inoxidável, fixada em local visível, contendo no mínimo as seguintes informações:

- Marca e modelo;
- Ano de fabricação;
- Espaçamento das barras;
- Potência do motor;
- Rotação;
- Rendimento.
- TAG do equipamento

O motoredutor possuirá placa de identificação em aço inoxidável fixada em local visível e conterá as características:

- Nome e endereço do Fabricante;
 - Tipo e modelo do Motoredutor;
 - Número e ano de fabricação;
 - Número da carcaça;
 - Número de fases;
 - Potência nominal;
 - Tensão nominal;
 - Corrente nominal;
 - Corrente de rotor bloqueado;
 - Frequência;
 - Rotação nominal;
 - Fator de potência;
 - Rendimento;
 - Regime;
 - Fator de Serviço;
 - Elevação de Temperatura;
 - Classe de Isolação;
 - Conjugado de partida;
 - Conjugado máximo.
-
- Validade da Garantia:
 - Rotação;
 - Torque;
 - Fator de serviço.

FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO

O equipamento se destina a impedir a passagem de sólidos com dimensões maiores que 25 mm, (espaço/vão entre barras), e realização da remoção desses resíduos presentes no efluente a ser tratado, permitindo um escoamento com mínima perda de carga. Por intermédio de braços mecânicos, elementos removedores, com suportes que se encaixarão entre as grades, tipo rastelos, rasparão toda extensão da grade, (desde o fundo do canal, início das barras, até seu extremo no topo superior), por meio de um sistema mecânico rotatório, tracionado por correntes paralelas, removendo os sólidos. Na sequência o rastelo é raspado por outro sistema mecânico, que retira o material lançando os resíduos até uma caçamba para destinação final. Tudo sem a necessidade de intervenções manual por operadores, exigindo a menor intervenção para manutenções.

GENERALIDADES

Esta especificação, juntamente com demais documentos a ela relacionados estabelece os objetos e as condições técnicas gerais, sendo que qualquer equipamento, material ou serviço necessário ao desempenho do sistema, não especificado, deverá ser fornecido dentro das normas vigentes considerando o tipo e as condições de trabalho a que se destina sem qualquer ônus adicional para ao SAAEB Ambiental.

A Especificação Técnica refere-se ao fornecimento de 01 conjunto de grade mecanizada para instalação no canal de gradeamento da EEE da ETE BEBEDOURO. A grade deverá ser reta, sendo instalada com uma inclinação de 75º com a horizontal. O fabricante/ fornecedor será responsável pelo detalhamento executivo das intervenções necessárias à perfeita instalação dos equipamentos em substituição às grades existentes. Deverá ser apresentado cronograma detalhado e procedimento de montagem e instalação.

EMBALAGEM E TRANSPORTE

Estes equipamentos deverão ser entregues na EEE da ETE Bebedouro, sendo responsabilidade da CONTRATADA, dispondo para isto de programação de dia e horário para o evento.

A CONTRATADA será responsável por todas as atividades relativas à movimentação, transporte, carga e descarga de equipamentos, materiais e ferramentas, assim como o transporte de pessoal envolvido na execução dos serviços.

O equipamento deverá ser embalado de forma a evitar danos durante o transporte e armazenagem. As partes usinadas deverão ser protegidas por produtos anticorrosivos atóxicos facilmente removíveis e resistentes ao tempo por 30 (trinta) dias no mínimo após entrega.

LOTE 02 - CHAVE DE NÍVEL TIPO BOIA PARA CONTROLE DE NÍVEL EM POÇO DE SUÇÃO DE ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ESGOTO.

Condições de operação

Fluido: Esgoto sanitário

Temperatura: 0 a 50º C (máximo)

Pressão: 1 Bar (mínima)

ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DE FABRICAÇÃO

Quando houver material indicado para determinado componente, deve ser entendido como preferencial e de padrão mínimo de qualidade aceitável pela Fiscalização. É obrigatório ao fabricante, indicar materiais equivalentes ou superiores aos aqui listados.

- Montagem: Suspensa;
- Invólucro: Polipropileno;
- Resistente à infiltração;
- Selamento resinado;
- Dupla câmara de contenção;
- Grau de proteção: IP-68;
- Pressão mínima: 1 Bar;
- Conexão elétrica: Cabo em PVC DN 9 mm (3 X 1,5 mm²);
- Comprimento do cabo: 10 m (mínimo);
- Sinal de saída: Microrruptor SPDT selado e protegido contra umidade;
- Capacidade máxima: Resistiva 10A / 250 VCA;
- Indutiva 4A / 250 VCA;
- Sensibilidade: Ajustável

PLACA DE IDENTIFICAÇÃO

O equipamento deve ser provido de uma plaqueta de identificação, em aço inox, fixada em seu corpo em local visível e de fácil acesso, contendo as seguintes informações mínimas:

TAG:

- LSL-1
- LSH-1
- LHH-1
- Nome do fabricante;
- Modelo;
- Nº de série;
- Ano de fabricação;
- Volume útil para armazenamento em m3;
- Material de fabricação.

TRANSPORTE, EMBALAGEM E INSPEÇÃO

O equipamento deve ser transportado de forma protegida contra impactos, de modo a garantir sua integridade física até a montagem final em campo, devendo ser entregue no local estipulado no Pedido de Compra.

DOCUMENTOS

O fornecimento do equipamento deve vir acompanhado dos seguintes documentos em meio digital e impresso:

Relação de documentos técnicos:

- Manual de operação, instalação e manutenção, em língua portuguesa;
- Desenhos dimensionais em escala;
- Relação de Certidões e termo de garantia;
- Certificado do Plano de Controle de Qualidade e Testes de Eficiência;
- Termo de Garantia.

CONDIÇÕES GERAIS:

A proponente deve apresentar uma Garantia para os equipamentos ofertados, abrangendo um período mínimo de 12 meses a partir da data de entrada em funcionamento dos aparelhos ou de 18 meses a partir da entrega dos aparelhos.

No caso de apresentação de produto importado, deve haver menção do país de origem e de declaração explícita do compromisso de assistência técnica e principalmente da garantia da reposição de peças no prazo máximo de trinta dias.

LOTE 03 - MEDIDOR ULTRASSÔNICO DE VAZÃO PARA CALHA PARSHALL, INDICADOR DE VAZÃO INSTANTÂNEA COM TOTALIZADOR.

DADOS GERAIS

Descrição do equipamento: Medidor de vazão em canal aberto através de sensor de nível por ondas ultrassônicas, com conversor microprocessado e transmissor.

Fluido: Esgoto sanitário e/ou lodo biológico

Calha Parshall: Garganta W de 12 Pol.

Faixa de medição: 0 a 1640 m³/h.

ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DE FABRICAÇÃO

Quando houver material indicado para determinado componente, deve ser entendido como preferencial e de padrão mínimo de qualidade aceitável pela Fiscalização. É obrigatório ao fabricante, indicar materiais equivalentes ou superiores aos aqui listados.

Sensor de nível:

- Faixa de operação: 0,3 a 2,0 m
- Grau de proteção: IP-68
- Sensor de temperatura: Integrado ao sensor ultrassônico com compensação de temperatura automático
- Ângulo de abertura do feixe: 5º
- Frequência: 125 KHz

Conversor digital:

- Grau de proteção: IP-65;
- Alimentação: 110/220V, 60Hz;
- Invólucro: Poliestireno;
- Unidade de medida: Litros/segundo;
- Metros cúbicos por hora;
- Funções: Pré programação para vários tipos e tamanhos de calha Parshall armazenados em memória, com possibilidade de configuração de qualquer tipo de calha e linearização da vazão em função da altura da lâmina d'água. Indicação simultânea, alternada e totalização da vazão. Dispositivo para reset da vazão totalizada. Capacidade de armazenamento de 32.000 leituras;
- Saída: 2 analógicas (4-20mA) e digital;
- Saída relé: Contato SPDT, 5ª @ 220VCA;
- Display: Digital, de Cristal Líquido ou LCD;

- Aterramento: Deve possuir conector para aterramento.

Suporte do sensor de nível:

- Suporte do sensor de nível: Para Calha Parshall 12 Pol;
- Instalação: Ao tempo;
- Incluir proteção contra incidência de luz solar.

PLACA DE IDENTIFICAÇÃO

O equipamento deve ser provido de uma plaqueta de identificação, em aço inox, fixada em seu corpo em local visível e de fácil acesso, contendo as seguintes informações mínimas:

TAG: Conforme fluxograma de processo

- Nome do fabricante;
- Modelo;
- Nº de série;
- Ano de fabricação;
- Faixa de vazão;
- Material de fabricação.

TRANSPORTE, EMBALAGEM E INSPEÇÃO

O equipamento deve ser transportado de forma protegida contra impactos, de modo a garantir sua integridade física até a montagem final em campo, devendo ser entregues até o local estipulado no Pedido de Compra.

GARANTIA

O fornecimento do equipamento deve vir acompanhado dos seguintes documentos em meio digital e impresso:

- Relação de documentos técnicos;
- Manual de operação, instalação e manutenção, em língua portuguesa;
- Desenhos dimensionais em escala;
- Relação de Certidões e termo de garantia;
- Certificado do Plano de Controle de Qualidade e Testes de Eficiência;
- Termo de Garantia.

A proponente deve apresentar uma Garantia para os equipamentos ofertados, abrangendo um período mínimo de 12 meses a partir da data de entrada em funcionamento dos aparelhos ou de 18 meses a partir da entrega dos aparelhos.

No caso de apresentação de produto importado, deve haver menção do país de origem e de declaração explícita do compromisso de assistência técnica e principalmente da garantia da reposição de peças no prazo máximo de trinta dias.

LOTE 04 - TERMÔMETRO BIMETÁLICO, INDICADOR LOCAL DE PRESSÃO DE RECALQUE DE CONJUNTOS MOTOR BOMBA.

DADOS GERAIS

Descrição do equipamento: Termômetro bimetalico para indicação da temperatura em ambientes severo e agressivo (interior do reator).

Fluido: Esgoto sanitário e/ou lodo biológico.

Faixa de medição: 0 a 40º C.

ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DE FABRICAÇÃO

Quando houver material indicado para determinado componente, deve ser entendido como preferencial e de padrão mínimo de qualidade aceitável pela Fiscalização. É obrigatório ao fabricante, indicar materiais equivalentes ou superiores aos aqui listados.

Termômetro:

- Conexão: rosca macho ½ POL. em aço inox AISI 316
- Montagem traseira
- Grau de proteção: IP-65
- Caixa: Aço inoxidável
- Unidade de medida: Dupla em ºC e ºF
- Faixa de medição: 0 a 40º C
- Divisão em escala: 1ºC
- Diâmetro do visor: 100 mm
- Haste: Aço inoxidável AISI 316
- Comprimento de inserção da haste: 1.000 mm

PLACA DE IDENTIFICAÇÃO

O equipamento deve ser provido de uma plaqueta de identificação, em aço inox, fixada em seu corpo em local visível e de fácil acesso, contendo as seguintes informações mínimas:

TAG: Conforme fluxograma de processo

Página 45 de 73

- Nome do fabricante;
- Modelo;

Nº de série;

- Ano de fabricação;
- Faixa de pressão;
- Material de fabricação.

TRANSPORTE, EMBALAGEM E INSPEÇÃO

O equipamento deve ser transportado de forma protegida contra impactos, de modo a garantir sua integridade física até a montagem final em campo, devendo ser entregue no local estipulado no Pedido de Compra.

GARANTIA

O fornecimento do equipamento deve vir acompanhado dos seguintes documentos em meio digital e impresso:

Relação de documentos técnicos:

- Manual de operação, instalação e manutenção, em língua portuguesa;
- Desenhos dimensionais em escala;

Relação de Certidões e termo de garantia:

- Certificado do Plano de Controle de Qualidade e Testes de Eficiência;
- Termo de Garantia.

A proponente deve apresentar uma Garantia para os equipamentos ofertados, abrangendo um período mínimo de 12 meses a partir da data de entrada em funcionamento dos aparelhos ou de 18 meses a partir da entrega dos aparelhos.

No caso de apresentação de produto importado, deve haver menção do país de origem e de declaração explícita do compromisso de assistência técnica e principalmente da garantia da reposição de peças no prazo máximo de trinta dias.

LOTE 05 - MANÔMETRO, INDICADOR LOCAL DE PRESSÃO DE RECALQUE DE CONJUNTOS MOTOR BOMBA.

DADOS GERAIS

Descrição do equipamento: Manômetro analógico com tubo Bourdon, com ou sem enchimento líquido, para líquidos semi-viscosos e agressivos e alta vibração, para indicação local de pressão de recalque de conjuntos motor-bomba.

Fluido: Esgoto sanitário e/ou lodo biológico

Faixa de temperatura: 0 a 60º C

Faixa de medição: Baixa faixa de pressão 0,0 a 2,5 Bar

Vibração/variação da pressão: Alta vibração e alta variação de pressão dinâmica

Acessórios: Válvula de bloqueio

ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DE FABRICAÇÃO

Quando houver material indicado para determinado componente, deve ser entendido como preferencial e de padrão mínimo de qualidade aceitável pela Fiscalização. É obrigatório ao fabricante, indicar materiais equivalentes ou superiores aos aqui listados.

Manômetro:

- Conexão: rosca macho ½ POL. em aço inox AISI 316
- Montagem inferior
- Grau de proteção: IP-65
- Ajuste de zero: na parte frontal
- Caixa: Aço inoxidável
- Unidade de medida: Dupla em kgf e mBar
- Diâmetro do visor: 63 mm

Válvula de bloqueio:

- Conexão de pressão: rosca NPT ½ POL. em aço inox AISI 316L
- Corpo da válvula: Aço inoxidável AISI 316
- Haste: Aço inoxidável AISI 316
- Cone: Aço inoxidável AISI 316
- Sede: PTFE
- Pressão Nominal: PN 420

PLACA DE IDENTIFICAÇÃO

O equipamento deve ser provido de uma plaqueta de identificação, em aço inox, fixada em seu corpo em local visível e de fácil acesso, contendo as seguintes informações mínimas:

TAG: Conforme fluxograma de processo

- Nome do fabricante;
- Modelo;
- Nº de série;
- Ano de fabricação;
- Faixa de pressão;
- Material de fabricação.

TRANSPORTE, EMBALAGEM E INSPEÇÃO

O equipamento deve ser transportado de forma protegida contra impactos, de modo a garantir sua integridade física até a montagem final em campo, devendo ser entregue no local estipulado no Pedido de Compra.

GARANTIA

O fornecimento do equipamento deve vir acompanhado dos seguintes documentos em meio digital e impresso:

Relação de documentos técnicos:

- Manual de operação, instalação e manutenção, em língua portuguesa;
- Desenhos dimensionais em escala;

Relação de Certidões e termo de garantia:

- Certificado do Plano de Controle de Qualidade e Testes de Eficiência;
- Termo de Garantia.

A proponente deve apresentar uma Garantia para os equipamentos ofertados, abrangendo um período mínimo de 12 meses a partir da data de entrada em funcionamento dos aparelhos ou de 18 meses a partir da entrega dos aparelhos.

No caso de apresentação de produto importado, deve haver menção do país de origem e de declaração explícita do compromisso de assistência técnica e principalmente da garantia da reposição de peças no prazo máximo de trinta dias.

LOTE 06 - MEDIDOR OXIGÊNIO DISSOLVIDO, INDICADOR LOCAL DE OXIGÊNIO DO TANQUE DE AERAÇÃO.

DADOS GERAIS

Descrição do equipamento: Medidor de oxigênio dissolvido; Com indicação digital e respectivo eletrodo de oxigênio; Possui luz para operação noturna; A prova d'água; Compensação de temperatura automática.

Fluido: Esgoto sanitário e/ou lodo biológico

Faixa de medição: 0 a 40º C

ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DE FABRICAÇÃO

Quando houver material indicado para determinado componente, deve ser entendido como preferencial e de padrão mínimo de qualidade aceitável pela Fiscalização. É obrigatório ao fabricante, indicar materiais equivalentes ou superiores aos aqui listados.

Energizado por 04 pilhas Alcalinas C

Indicação:

- Compensação Salinidade: automática (0 - 70 ppt);
- Teor de oxigênio dissolvido em mg/l (0 à 50 mg/l);
- % de nível de saturação de O2 (0 à 500%);
- Temperatura em °C (5 à 45°C);
- Cabo da sonda 3,6 m;
- Membrana do sensor tipo cápsula

PLACA DE IDENTIFICAÇÃO

O equipamento deve ser provido de uma plaqueta de identificação, em aço inox, fixada em seu corpo em local visível e de fácil acesso, contendo as seguintes informações mínimas:

TAG: Conforme fluxograma de processo

- Nome do fabricante;
- Modelo;
- Nº de série;
- Ano de fabricação;
- Faixa de pressão;
- Material de fabricação.

TRANSPORTE, EMBALAGEM E INSPEÇÃO

O equipamento deve ser transportado de forma protegida contra impactos, de modo a garantir sua integridade física até a montagem final em campo, devendo ser entregue no local estipulado no Pedido de Compra.

GARANTIA

O fornecimento do equipamento deve vir acompanhado dos seguintes documentos em meio digital e impresso:

Relação de documentos técnicos:

- Manual de operação, instalação e manutenção, em língua portuguesa;
- Desenhos dimensionais em escala;

Relação de Certidões e termo de garantia:

- Certificado do Plano de Controle de Qualidade e Testes de Eficiência;
- Termo de Garantia.

A proponente deve apresentar uma Garantia para os equipamentos ofertados, abrangendo um período mínimo de 12 meses a partir da data de entrada em funcionamento dos aparelhos ou de 18 meses a partir da entrega dos aparelhos.

No caso de apresentação de produto importado, deve haver menção do país de origem e de declaração explícita do compromisso de assistência técnica e principalmente da garantia da reposição de peças no prazo máximo de trinta dias.

LOTE 07 - MONOVIA CAP. 1 TON, INCLUSO TALHA E TROLEY

Talha Elétrica de Corrente:

- Capacidade: 1.000 kg;
- Elevação: 7 metros;
- Classificação: ISO M4;
- Velocidade de elevação: 8,16 m/min;
- Velocidade de translação: 13 m/min;
- Motor de elevação: 1,5 kw;
- Motor de translação: 0,4 kw;
- Classe de proteção dos motores: IP 54;
- Tipo de gancho: 1/1;
- Ajuste do trolley: 68 - 130 mm;



- Voltagem: Trifásico 220, 380 ou 440* v;
- Dimensões (alt x lar x com): 500 x 490 x 620 mm;
- Peso aproximado: 93 kg.

Trolley elétrico:

- Comando por botoeira para 4 estágios + Emergência, 24 V (conforme norma NR 12);
- Painelelétrico para 4 movimentos;
- Dispositivo de fim de curso na elevação;
- Gancho articulado de aço forjado com rotação de 360° e trava de segurança;
- Baixo índice de ruído e de manutenção.

DA ENTREGA

O prazo de entrega será contado em dias corridos a partir do fechamento do contrato e envio da Ordem de Serviço/Pedido de Compra pelo contratante.

CRONOGRAMA DE ENTREGA	
LOTE	PRAZO
Lote 01: Gradeamento de canal mecanizado;	90 dias
Lote 02: Boia de nível;	30 dias
Lote 03: Medidor ultrassônico de vazão;	30 dias
Lote 04: Termômetro bimetálico;	30 dias
Lote 05: Manômetro;	30 dias
Lote 06: Medidor de oxigênio;	30 dias
Lote 07: Talha com Trolley elétrico.	30 dias

FORMA DE PAGAMENTO

CRONOGRAMA DE PAGAMENTO	
LOTE	FORMA DE PAGAMENTO
Lote 01: Gradeamento de canal mecanizado;	2x (30 e 60 dias) após a entrega
Lote 02: Boia de nível;	1x (30 dias) após a entrega
Lote 03: Medidor ultrassônico de vazão;	1x (30 dias) após a entrega
Lote 04: Termômetro bimetálico;	1x (30 dias) após a entrega
Lote 05: Manômetro;	1x (30 dias) após a entrega



Lote 06: Medidor de oxigênio;	1x (30 dias) após a entrega
Lote 07: Talha com Trolley elétrico.	1x (30 dias) após a entrega

O pagamento do **Lote 1**, será realizado parcelado em duas vezes, sendo o primeiro pagamento (50%) para 30 dias após a entrega dos equipamentos e emissão da Nota Fiscal, e o segundo pagamento (50%) para 60 dias após a entrega dos equipamentos e emissão da Nota Fiscal.

O pagamento dos **Lotes 2, 3, 4, 5, 6 e 7**, serão realizado a vista, 30 dias após a entrega dos equipamentos e emissão da Nota Fiscal.

VALOR DE REFERÊNCIA

O valor estimado dos lotes, conforme tabela abaixo foi estipulado em:

VALOR DE REFERÊNCIA	
LOTE	VALOR ESTIMADO
Lote 01: Gradeamento de canal mecanizado;	R\$ 487.834,84
Lote 02: Boia de nível;	R\$ 2.430,22
Lote 03: Medidor ultrassônico de vazão;	R\$ 19.074,67
Lote 04: Termômetro bimetálico;	R\$ 2.106,68
Lote 05: Manômetro;	R\$ 7.920,33
Lote 06: Medidor de oxigênio;	R\$ 98.181,00
Lote 07: Talha com Trolley elétrico.	R\$ 32.551,51
VALOR TOTAL	R\$ 650.099,24

O valor foi obtido através da média de três cotações de preços e está de acordo com o Acórdão 3068/2010 – Plenário “Os preços dos insumos constantes da planilha orçamentária são mais bem representados pela média, e não pelo menor dos preços pesquisados no mercado.”

CONDIÇÕES GERAIS

- Todos os equipamentos deverão ser entregues na condição de “novos”;
- A empresa vencedora da licitação deverá fornecer todos os documentos técnicos referentes a projetos executivos, ensaios de qualidade e manuais do fabricante;
- Os equipamentos deverão ser entregues com embalagem apropriada para transporte e armazenamento;
- A empresa deverá realizar a entrega em local estabelecido pelo SAAEB no município de Bebedouro, SP;

- A mão de obra para instalação dos itens não faz parte do escopo do contrato;

WILLY CARDOSO DA COSTA

ENGENHEIRO CIVIL

SAAEB AMBIENTAL

VINICIUS COSTA FERREIRA

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2024

SESSÃO PÚBLICA: 06/05/2024, ÀS 09H31MIN
LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:							
RAZÃO SOCIAL:							
CNPJ:							
INSC. EST.:							
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO()							
ENDEREÇO:							
BAIRRO:				CIDADE:			
CEP:				E-MAIL:			
TELEFONE:				FAX:			
CONTATO DA LICITANTE:				TELEFONE:			
BANCO DA LICITANTE:				CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:			
Nº DA AGÊNCIA:							
LOTES	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$	
1.	Gradeamento de canal mecanizado (participação de todas as empresas)						
2.	Boia de nível (participação exclusiva ME/EPP)						
3.	Medidor ultrassônico de vazão (participação exclusiva ME/EPP)						
4.	Termômetro bimetálico (participação exclusiva ME/EPP)						
5.	Manômetro (participação exclusiva ME/EPP)						
6.	Medidor de oxigênio (participação de todas as empresas)						
7.	Talha com Trolley elétrico (participação exclusiva ME/EPP)						
TOTAL POR EXTENSO:							

A EMPRESA: DECLARA QUE:

- 1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E,

AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.

- 2 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.
- 3 PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
- 4 QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
- 5 QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DOS PRODUTOS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, E TODOS OS PRODUTOS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2024

AO
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE BEBEDOURO
AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

_____, PORTADOR DO RG _____, ABAIXO ASSINADO, NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE, _____, CNPJ _____, DECLARA EXPRESSAMENTE QUE SE SUJEITA ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL ACIMA CITADO E QUE ACATARÁ INTEGRALMENTE QUALQUER DECISÃO QUE VENHA A SER TOMADA PELO ÓRGÃO LICITANTE QUANTO À QUALIFICAÇÃO APENAS DAS PROPONENTES QUE TENHAM ATENDIDO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E QUE DEMONSTREM INTEGRAL CAPACIDADE DE EXECUTAR O FORNECIMENTO DO BEM PREVISTO.

DECLARA, AINDA, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, A INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO OU QUE COMPROMETA A IDONEIDADE DA PROPONENTE.

_____ EM, ____ DE _____ DE 2024.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2024

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

....., INSCRITO NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A), PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº E CPF Nº....., DECLARA, PARA FINS DO DISPOSTO NO INC. VI DO ART. Nº 68 DA LEI Nº 14.133/2021, QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS.

RESSALVA: EMPREGA MENOR, A PARTIR DE QUATORZE ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ ()⁴.

.....
(DATA)

.....
(REPRESENTANTE LEGAL)

⁴ Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.
Página 57 de 73

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA. (MODELO)

Pregão ELETRÔNICO Nº 08/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2024

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE), COMO REPRESENTANTE DEVIDAMENTE CONSTITUÍDO DE (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE), PARA FINS DO DISPOSTO NO EDITAL DE LICITAÇÃO: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2024**, DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, EM ESPECIAL O ART. 299 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, QUE:

A) A PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2024, FOI ELABORADA DE MANEIRA INDEPENDENTE (PELO LICITANTE), E O CONTEÚDO DA PROPOSTA NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2024, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

B) A INTENÇÃO DE APRESENTAR A PROPOSTA ELABORADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2024 NÃO FOI INFORMADA, DISCUTIDA OU RECEBIDA DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2024, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

C) QUE NÃO TENTOU, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA, INFLUIR NA DECISÃO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2024 QUANTO A PARTICIPAR OU NÃO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

D) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2024 NÃO SERÁ, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, COMUNICADO OU DISCUTIDO COM QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2024 ANTES DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

E) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2024 NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER INTEGRANTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE BEBEDOURO, ANTES DA ABERTURA OFICIAL DAS PROPOSTAS; E

F) QUE ESTÁ PLENAMENTE CIENTE DO TEOR E DA EXTENSÃO DESTA DECLARAÇÃO E QUE DETÉM PLENOS PODERES E INFORMAÇÕES PARA FIRMÁ-LA.

....., DE DE 2024.

REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2024

[**NOME DA EMPRESA**], [QUALIFICAÇÃO: TIPO DE SOCIEDADE (LTDA, S.A, ETC.), ENDEREÇO COMPLETO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº [XXXX], NESTE ATO REPRESENTADA PELO [CARGO] [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº [XXXX], INSCRITO NO CPF SOB O Nº [XXXX], **DECLARA**, SOB AS PENALIDADES DA LEI, QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E PELO ARTIGO 4º DA LEI Nº 14.133/2021.

DECLARO, PARA FINS DA LC 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, SOB AS PENALIDADES DESTA SER:

() **MICROEMPRESA** – RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A 360.000,00 E ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** – RECEITA BRUTA ANUAL SUPERIOR A 360.000,00 E IGUAL OU INFERIOR A 4.800.000,00 VALORES , ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

OBSERVAÇÕES:

- ESTA DECLARAÇÃO PODERÁ SER PREENCHIDA SOMENTE PELA LICITANTE ENQUADRADA COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006;
- A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO SERÁ INTERPRETADA COMO NÃO ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006, OU A OPÇÃO PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO DIREITO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME E ASSINATURA DO CONTADOR
(NO CASO DE ME E EPP)
CPF: XXX.XXX.XXX-XX
CRC: _____

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O PROPONENTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2024

AO
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE BEBEDOURO
AO PREGOEIRO / EQUIPE DE APOIO

A EMPRESA, INSCRITA NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O SR....., PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº..... E DO CPF Nº, DECLARA NÃO TER RECEBIDO DO MUNICÍPIO DE _____/UF OU DE QUALQUER OUTRA ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA, EM ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E OU IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, ASSIM COMO NÃO TER RECEBIDO DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

_____ EM, ____ DE _____ DE 2024.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)





Tel. (17) 3344.5400
Rua Cel. Joaquim José de Lima, 1016 Centro – Bebedouro SP
CEP 14.701-450 - / CNPJ 44.405.967/0001-29
Inscrição Estadual 210.125.795.114
www.saaebambiental.com.br

Licitações e Contratos

**ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.
(MODELO)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2024**

A(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº.....,
LOCALIZADA À, DECLARA, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021,
QUE CUMPRE TODOS OS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO PARA ESTE CERTAME LICITATÓRIO NO
MUNICÍPIO DE BEBEDOURO/SP – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE BEBEDOURO –
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2024.

....., DE DE 2024.

REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO IX – MODELO DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

PROCESSO N.º 08/2024
PREGÃO ELETRÔNICO 08/2024

AO
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE BEBEDOURO

A Empresa.....(nome da empresa licitante)..., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º.....sediada.....(endereço completo)....., declara, para os devidos fins, que os serviços são prestados por empresas que comprovam cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, caso opte pelo benefício previsto no art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

Local, ____ de _____ de 2024.

(Identificação e assinatura do representante legal do licitante)

OBS.:

- 1 - A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa;**
- 2 - Abaixo da assinatura do representante legal deverá ter carimbo do CNPJ.**
- 3 - De acordo com o art. 93 da Lei 8.213/1991, quando a licitante não possuir, em seu quadro de empregados, número suficiente para o enquadramento no referido dispositivo, a empresa não estará obrigada a reservar o percentual mínimo de pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social. (Neste caso, a empresa deverá enviar uma declaração comprobatória com a quantidade de funcionários), sob pena de desclassificação.**

ANEXO X – MODELO DECLARAÇÃO DE NÃO DESENQUADRAMENTO FICTO

PROCESSO N.º 08/2024
PREGÃO ELETRÔNICO 08/2024

AO
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE BEBEDOURO

A empresa -----, CNPJ DECLARA para os devidos fins, conforme exigência dos itens 4.2 a 4.2.6 do edital, que não celebrou contratos com a Administração Pública (em geral), neste ano calendário da licitação, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, a saber R\$ 4.800.000,00, ainda que o desenquadramento real ocorra no ano-calendário seguinte.

Nesse sentido, não se operou, portanto, o **DESENQUADRAMENTO FICTO**, previsto na Lei 14.133/2021.

....., de de 2024.

Assinatura do representante legal ou procurador da empresa:

.....

RG: Órgão Expedidor:



ANEXO XI – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2024

**TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº
...../....., QUE FAZEM ENTRE SI O SERVIÇO
AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE
BEBEDOURO E A EMPRESA *******

O **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE BEBEDOURO** com sede no(a) na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo PRESIDENTE, Sr....., portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 08/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006 e alterações, e das demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 08/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de materiais e equipamentos para Estação de Tratamento de Esgoto do córrego Bebedouro pelo Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Bebedouro (SAAEB Ambiental), conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. Quando da emissão da nota fiscal eletrônica de prestação de serviços, a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção com o título de “IMPOSTO DE RENDA” no corpo do documento fiscal ou equivalente observando os percentuais estabelecidos no ANEXO I da IN RFB Nº 1.234, de 2012 de acordo com o artigo 4º do Decreto Municipal nº 16.462 de 27 de novembro de 2023 e artigo 2º da IN RFB Nº 1.234, de 2012;

3.4. Os serviços e produtos elencados no Art.4º da IN RFB 1.234, de 2012, não estão sujeitos à retenção, devendo ser informado a condição e o embasamento legal que sujeitou a não retenção, sob pena de retenção na forma do §4º do Art. 1º, conforme Decreto Municipal nº 16.462 de 27 de novembro de 2023.

3.5. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

3.6. Os fornecedores que obtiverem isenções/imunidade, enviar declaração devidamente assinada dos anexos II ao IV da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, indicando a fundamentação legal (disposição legal) que embasa a sua isenção.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. A despesa para atender a esta licitação, informada a seguir, e por conta da dotação orçamentária específica a ser consignada no orçamento seguinte, suplementada se necessário for: **00176 4 4 90 30 00 17 512 2181 – Material de Consumo e 00179 4 4 90 51 00 17 512 2181 Obras e Instalações.**

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.

5.1. O pagamento será realizado após a entrega do (s) equipamento (s) e emissão da Nota Fiscal, conforme cronograma constante no Termo de Referência/Edital.

5.2. Em caso de atraso de pagamento, motivado pela Administração Pública, o valor a ser pago será atualizado financeiramente desse a data prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, tendo como base o Índice IPCA-IBGE do mês anterior ao pagamento da parcela.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.

6.1. Os preços são fixos e sem reajustes durante a vigência do contrato. Havendo prorrogação na vigência contratual o valor contratado poderá ser reajustado pela variação do índice do IPCA (IBGE) tomando-se por base o mês da apresentação dos orçamentos estimados. Durante a vigência do contrato (12 meses) os valores contratados poderão ser alterados, objetivando a manutenção do

equilíbrio-econômico financeiro inicial do contrato, em conformidade com o Art. 92 § 3º da Lei federal 14.133/21.

6.2. Em caso de pedido de manutenção do equilíbrio-econômico financeiro, deverá ser comprovado o desequilíbrio do contrato por parte da contratada por fato superveniente e imprevisível, não podendo a contratada paralisar a prestação dos serviços aguardando análise da solicitação por parte da equipe técnica e jurídica da contratante.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO

7.1. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de reactuação de preços será de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista no § 6º do art. 135 da Lei 14.133/2021.

7.2. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de preços será de 1 (um) mês.

8. CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL.

8.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

9. CLÁUSULA NONA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1. A entrega parcelada dos produtos deverá ocorrer conforme cronograma constante no Termo de Referência/Edital, contados do recebimento do pedido realizado pelo SAAEB. O descumprimento do prazo de entrega e de requisitos de qualidade sujeitará a fornecedora às seguintes sanções:

- a) Multa de até 10% (dez por cento) do valor da contratação, quando poderá também ser rescindido o contrato, canceladas a Nota de Empenho e o Pedido;
- b) As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas da (s) fatura (s), cobradas judicialmente ou extrajudicialmente, a critério do SAAEB.

9.2. O objeto da licitação será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

9.3. O objeto da licitação será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, em prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento provisório, se outro não tiver sido o prazo estipulado no referido ajuste, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – FISCALIZAÇÃO.

10.1. O acompanhamento e a fiscalização do Contrato, assim como o recebimento, conferência e vistoria das entregas dos produtos serão realizados pelo SETOR DE ENGENHARIA da contratante observando se o mesmo está atendendo aos padrões exigidos no edital.

10.2. Os servidores do setor de laboratório do SAAEB atuarão como gestores e fiscalizadores da execução do objeto contratual.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

11.1. Além das obrigações estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital, a CONTRATANTE obriga-se a:

11.2. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

11.3. Acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato através do Setor de Engenharia desta Autarquia.

11.4. Notificar, por escrito, as imperfeições, falhas e/ou qualquer irregularidades constatadas, fixando prazo para a sua correção.

11.5. Além das obrigações estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital, a CONTRATADA obriga-se a:

11.6. Zelar pelo perfeito cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

11.7. Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal.

11.8. Responsabilizarem-se integralmente pelos serviços contratados, em conformidade com as disposições do Termo de Referência - Anexo I do Edital, nos termos da legislação vigente, ou quaisquer outras que vierem a substituí-la, alterá-la ou complementá-la.

11.9. Fornecer as notas fiscais/faturas, nos termos da lei.

11.10. Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso deste contrato, algum documento perder a validade.

11.11. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, de transportes e taxas de administração, bem como despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza, despesas operacionais com frete, carga e descarga, resultantes da execução deste Contrato, sendo que sua inadimplência, com relação a tais encargos, não transfere ao CONTRATANTE o ônus pelo seu pagamento, não podendo onerar o presente contrato.

11.12. Responsabilizarem-se por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, correndo às suas expensas os ressarcimentos e indenizações devidos.

11.13. A CONTRATADA em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitada pela CONTRATANTE e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicar imediatamente, por escrito, à CONTRATANTE.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

12.2. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

12.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

12.4. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.5. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

12.6. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.7. Apresentar declaração ou documentação falsa;

12.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.12. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito;

b) Multa;

b) Impedimento de licitar e contratar;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.13. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.14. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

12.15. Serão publicadas na Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e do Município de Bebedouro/SP, as sanções administrativas previstas no ITEM 12.12, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12.16. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

12.17. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

12.18. PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

12.19. PRÁTICA FRAUDULENTA: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

12.20. PRÁTICA CONCERTADA: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

12.21. PRÁTICA COERCITIVA: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

12.22. PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO.

13.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:

13.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

13.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES.

14.1. É VEDADO À CONTRATADA:

14.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES.

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (Art. 125 da Lei 14.133/21).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS.

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO.

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Estado e do Município de Bebedouro/SP, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO.

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Bebedouro/SP para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

....., DE DE 2024.

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

ANEXO XII
(Para preenchimento da contratante)
ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS) (REDAÇÃO DADA PELA
RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

CONTRATANTE: _____
CONTRATADO: _____
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): ____
OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos **CIENTES** de que:
 - a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
 - b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
 - c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
 - d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração (ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
 - e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.
2. Damo-nos por **NOTIFICADOS** para:
 - a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
 - b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA:

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:
Cargo:
CPF:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome:
Cargo:
CPF:



Assinatura:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

Pela contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

GESTOR (ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(Inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*

https://sso.tce.sp.gov.br/Portal/cadastro/cadastro_usuario.xhtml;jsessionid=301A01963949B64CS55CDC65DAC360D1